

IDENTIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Eliza Alves Landin¹

RESUMO

Esse artigo trata-se de uma revisão bibliográfica, que teve como objetivo discutir os conceitos que compõem a teoria da identidade, a considerar a identidade, a autoidentidade e a diferença, levando em conta que se trata de um tema com fundamental importância para o entendimento a respeito da nossa constituição, enquanto ser social, cultural e histórico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, cujo referencial teórico pautou-se em estudiosos da área, tais como Stuart Hall, Antony Giddens e Vera Candau. A identidade social forma-se num processo de reconhecimento, que identifica ou diferencia o sujeito, ou seja, não é algo preexistente, mas que passa por situações culturais, sociais e históricas, o que garante, constantemente, a sua construção e reconstrução. Esta discussão faz-se relevante, tendo em vista que é um tema central para que o sujeito compreenda a si mesmo e ao contexto em que se encontra. O estudo possibilitou-nos perceber que a identidade é construída em diferentes contextos, de maneira individual e coletiva, por meio de experiências vividas, que são processadas ao longo da vida.

Palavras-chave: Autoidentidade. Construção da Identidade. Compreensão do eu.

IDENTITY AS SOCIAL CONSTRUCTION

ABSTRACT

This article is a bibliographical review, which aimed to discuss the concepts that make up the theory of identity, considering identity, self-identity and difference, taking into account that this is a topic with fundamental importance for understanding regarding our constitution, as a social, cultural and historical being. This is a qualitative and bibliographical research, whose theoretical reference was based on scholars in the area, such as Stuart Hall, Antony Giddens and Vera Candau. Social identity is formed in a process of recognition, which identifies or differentiates the subject, that is, it is not something pre-existing, but which goes through cultural, social and historical situations, which constantly guarantees its construction and reconstruction. This discussion is relevant, considering that it is a central theme for the subject to understand themselves and the context in which they find themselves. The study enabled us to realize that identity is constructed in different contexts, individually and collectively, through lived experiences, which are processed throughout life.

Keywords: Self-identity. Construction of Identity. Understanding the self.

¹ <https://orcid.org/0000-0001-7671-7743>. Mestra em Educação Linguagem e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Jaraguá e na Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá, Goiás. E-mail: prof.elizalandin@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A identidade está sempre em movimento. Construir a identidade, conforme Erik Erikson (1972), resulta em definir quem é o sujeito, seus valores e quais direções deseja seguir. Assim, o autor compreende que a construção identitária envolve a concepção de si mesmo, instituída de valores, crenças e intenções que o sujeito internaliza.

O conceito de identidade era constituído em termos essencialistas, o que, conseqüentemente, levava-se a acreditar que o sujeito era constituído de forma única. Contudo, a ideia de uma identidade homogênea, que define o sujeito de maneira acabada, tem sido crítica pelo fato de não levar em conta a multiplicidade que nos compõem.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é discutir os conceitos que compõe a teoria da identidade, a considerar a identidade, a autoidentidade e a diferença, levando em conta que se trata de um tema com fundamental importância para o entendimento a respeito da nossa constituição, enquanto ser social, cultural e histórico. Contudo, vale ressaltar que a preocupação aqui não é apresentar uma conceituação absoluta sobre identidade, até porque, os estudiosos da área afirmam que não há esta definição absoluta, mas levar a refletir sobre o sentido da identidade na vida no sujeito.

Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, que resulta em uma pesquisa teórico-conceitual, que se baseia nas perspectivas de estudiosos da área, tais como Stuart Hall, Antony Giddens e Vera Candau.

Entendemos que a construção da identidade é um processo inacabado, que se mantém pleno dentro dos sujeitos, que não é hereditária e nem genética, mas que precisa ser desenvolvida, formada e transformada, de acordo com os valores, crenças e cultura de cada ser humano.

2 O CONCEITO DE IDENTIDADE

As mudanças advindas da cultura causam impacto em praticamente todos os setores que envolvem o modo de viver, tal qual sobre o sentido que o ser humano dá à vida, a respeito de suas aspirações sobre o futuro e, conseqüentemente, há também implicações sobre a identidade, pois esta tem relação com a forma, como podemos ser representados e sobre o modo como surgem as nossas narrativas (narrativas do eu).

Oportunas reflexões sobre identidade se fazem necessárias em um momento de reconfiguração do contemporâneo, cujo sujeito se encontra em processo de fragmentação da própria identidade em si, uma vez que, de acordo com as considerações de Hall (2006), surgem novas identidades que fragmentam o ser humano, até então visto apenas como unificado.

O conceito de identidade acaba por ser um dos conceitos bem menos desenvolvido da teoria social e cultural, visto que se refere a um campo semântico complexo e que não atinge com relevância a verdadeira identidade que representa o ser humano. Assim, Hall e Kathryn Woodward (2014, p. 10) entendem que “a identidade é um desses conceitos que não operam sob rasura, no intervalo a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas”.

De acordo Hall e Kathryn Woodward (2014), na linguagem do senso comum, a identidade se constitui a partir do reconhecimento de sua origem ou de características que foram compartilhadas com outros grupos de pessoas que possivelmente poderiam ter o mesmo ideal. Esta abordagem vê a identidade como uma construção, num processo que jamais se acaba e nem se determina por completo.

Hall (2006) apresenta três conceitos em torno do que seja a identidade do sujeito, sendo eles, iluminista, sociológica e pós-moderna. Para Hall (2006), o sujeito iluminista é aquele centrado, unificado, que determina rigorosamente seu núcleo interior, com características e identidade.

O sujeito sociológico, conforme Hall (2006), compromete-se com a sua cultura, é moldado pelo contexto em que vive e pelos valores que cultiva. Finalmente, o sujeito pós-moderno, que é dotado de identidades múltiplas, com capacidade de transformar repetidas vezes, de acordo com as situações vivenciadas.

Assim, compreendemos que a identidade está sujeita à história, à política, à representação e à diferença, o que implica incluir fatores como idade, gênero, classe social e econômica, localização geográfica, *status* político, língua, etnia e outros. Estes aspectos da identidade, muitas vezes, são compartilhados por meio de histórias em grupos sociais e são fortemente influenciados pela cultura que os sujeitos integram.

Nesse viés, James Rutherford (1990, p. 30) argumenta que “a identidade marca o encontro do nosso passado com relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação”. Em outras palavras, somos impulsionados por uma gama de possibilidades que a cultura nos oferece e que acaba por moldar a nossa identidade.

O conceito em si de identidade é muito complexo, bem pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente colocado em questão (Hall, 2006), visto que o próprio processo de identificação através do qual se projetam as identidades, tornou-se provisório, variável e problemático.

Segundo Hall e Woodward (2014), a conceitualização da identidade envolve sistemas classificatórios que se apresentam como as relações sociais são organizadas e divididas, uma vez que estas são símbolos necessários para a manutenção da identidade e é por meio desses símbolos que se dá sentido às relações, de maneira a definir o que é excluído e incluído no sujeito.

Sendo assim, percebemos que a identidade é relacional e a diferença estabelecida por uma determinada marcação simbólica relativiza outras identidades, que podem se vincular a condições sociais e materiais, tendo em vista que a marcação de um determinado grupo terá efeitos reais, pois, neste grupo, podem ou não serem excluídas determinadas características e ter ou não desvantagens materiais.

3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE

As identidades são produzidas em momentos particulares, no tempo, de maneira a ressurgir e renegociar as mudanças sociais que acontecem, tendo em vista que Hall e Woodward (2014) consideram que os processos históricos interferem na construção da identidade até ao ponto de poder causar colapsos, ou até mesmo forjar o surgimento de outras identidades.

Na perspectiva dos estudos sociológicos, toda e qualquer identidade é construída. Dessa forma, segundo Manuel Castells (1999, p. 23),

[...] a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos sujeitos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço.

Destarte, a subjetividade está diretamente relacionada aos sentimentos que envolvem o processo de identidade, pois envolve pensamentos e emoções, conscientes ou não a respeito de quem somos. É por meio da subjetividade que aderimos a nossa identidade e nos posicionamos

com aquilo que nos identificamos, sendo, pois, que a “subjetividade sugere da compreensão que temos sobre o nosso eu” (Hall; Woodward, 2014, p. 20).

A identidade é algo formado através de processos conscientes ao longo do tempo e não algo inato, existente na consciência, no momento do nascimento (Hall, 2006). Ela está constantemente incompleta, em processo, sendo formada, em andamento e surge não da plenitude da identidade, que se encontra internalizada no sujeito, mas como a falta de inteireza que é preenchida a partir do exterior.

Hall e Woodward (2014) ressaltam ainda que a identidade não pode ser percebida como preexistente, como algo que passa a estar presente a partir de algum momento fundador, porém, ela é um elemento passivo da cultura, que deve ser constantemente criado e recriado, construído, desconstruído, para novamente ser reconstruído, cujo sentido deve ser atribuído ao mundo social.

A identidade envolve reivindicações essencialistas a respeito de quem pertence e de quem não pertence a determinados grupos identitários, nos quais a identidade é vista como imutável e fixa, ou seja, a identidade que proporciona a sensação de pertencimento e de permanência, que faz com que o sujeito se reconheça entre outros que possuem ideologias iguais ou parecidas, tornando a interação mais sensível.

Sendo formadas e transformadas, construídas e reconstruídas no interior de representações, as identidades são compostas não somente de instituições culturais, mas símbolos tais que representam um modo de construir sentido que influencia e organiza tanto as ações, quanto a concepção que o sujeito tem de si mesmo, uma vez que “as identidades estão sujeitas à história, à política, à representação e à diferença” (Hall, 2006, p. 87).

Para justificar a tentativa de compreender a conceituação da identidade, ou pelo menos a sua construção, desconstrução e reconstrução, é preciso considerar a maneira como essa se insere no circuito de representação, o que inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando o sujeito e dando sentido a experiência daquilo que se é. Afirmamos que tais sistemas simbólicos tornam possíveis aquilo que o sujeito é e aquilo que ele pode se tornar.

Para Candau (2011), a representação, quando compreendida como processo cultural, estabelece identidades simbólicas individuais e coletivas, nas quais ela se baseia e fornece sustentação para a compreensão de quem se é, de quem poderia ser e de quem gostaria de ser. Os discursos e as representações constroem espaços a partir de como os sujeitos podem se

posicionar e sobre o que eles podem falar, o que enfatiza, significa e permeia as relações sociais que se preocupam com a identificação.

Depreendemos que as identidades não são unificadas, pois pode haver contradições no seu interior que devem ser negociadas, assim como pode haver discrepância entre o nível coletivo e individual e surgir demandas entre determinadas identidades e as experiências cotidianas do ser humano.

Na sua vida cotidiana, o sujeito se depara com certas questões denominadas de existenciais, que abrangem tantos os níveis filosóficos, quanto os níveis práticos e que atravessam um período de crise psicológica para se chegar então a alcançar a busca da condição identitária (Giddens, 2002). Em outras palavras, há uma apresentação da autoidentidade que deve ser desenvolvida dentro do quadro geral da constituição psicológica do sujeito.

4 AUTOIDENTIDADE NA CONSCIENTIZAÇÃO DO EU

Nesse constante processo de desconstruir e reconstruir, é preciso pensarmos sobre o que nos interessa como ser humano, como pertencente a determinada cultura, que realiza transformações quando necessárias e quando assim desejarmos, livres para ir, vir e para ser. Dessa forma, a busca por interesses comuns e a possibilidade de organização social tornam possível a construção da identidade, tanto de maneira individual, quanto coletiva.

Há um desejo constante do eu em saber quem é, pois procura a autoidentidade. Contudo, esse mesmo eu, muitas vezes, opõe-se ao compromisso por não se encontrar preparado para interagir com as pessoas que o cerca, nos mais variados ambientes, principalmente, nos espaços ditos públicos, onde se espera que a postura desse sujeito atenda a determinados critérios gerais de competência cotidiana, além de apresentar comportamento adequado para cada um desses ambientes.

A compreensão do ser e do não ser é condição inacabável do ser humano, não apenas para aceitar a sua realidade, mas para criar pontos de referência e dar continuidade à vida, tendo em vista que a existência é uma maneira de estar no mundo e responder à questão inicial do ser, ou seja, conforme Giddens (2002), o sentido do eu tem que ser cultivado como parte de um processo cultural.

A autoidentidade não é algo que seja simplesmente apresentado como resultado de um sistema de ação do sujeito, mas algo que deve ser criado, sustentado nas atividades reflexivas do cotidiano (Giddens, 2002), considerando que a autoidentidade é o eu compreendido de

maneira reflexiva pelo próprio sujeito e compreendendo que ser pessoa não é ser um ator reflexivo, mas é ter a capacidade de usar o eu em contextos diferentes.

A flexibilidade do eu é um processo contínuo e envolve diversas circunstâncias, pois o sujeito é convidado a interrogar-se periodicamente a respeito de acontecimentos sobre si e a sua volta, como reflete Giddens (2002). Sendo assim, podemos entender que, quando o sujeito tem a sua identidade razoavelmente estabelecida, tem a sensação de continuidade biográfica, o que o torna mais capaz de captar algo ao seu redor e comunicar às outras pessoas, de maneira a aceitar sua integridade como positiva e se vê como alguém vivo, apto, com capacidade de continuidade.

A autoidentidade não pode ser percebida somente pertencendo a alguém que está no tempo, mas, ao contrário disso, corresponde à consciência relativa do eu, que deve ser criada e sustentada ao longo da vida. Diante disso, Giddens (2002) salienta que as transformações na autoidentidade e a globalização são condições da modernidade, ou seja, aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligados a condições sociais de grande amplitude. O eu e a sociedade estão interrelacionados numa sociedade global.

Diante dessas considerações, inferimos que o crescimento pessoal relacionado à identidade se refere à transposição de barreiras que impedem o sujeito de realmente perceber quem é, com o intuito de atingir a autenticidade e o autoconhecimento, o que significa não ignorar as experiências interiores.

A identidade de alguém não se relaciona com o comportamento, mas com a capacidade de se manter em processo numa narrativa particular (Giddens, 2002), uma vez que, no mundo social, o eu se torna contextualizado e deixa de existir, havendo, assim, somente aquele sujeito descentralizado, que encontra sua identidade nos fragmentos da linguagem ou do discurso.

O que denominamos “nossas identidades” (Hall, 2000, p. 07) poderia, provavelmente, ser mais bem conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos viver, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e peculiarmente nossas, como sujeito individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Na busca por encontrar sua autoidentidade, o sujeito deve sustentar relações que se tornam íntimas, o que, conseqüentemente, proporciona oportunidades que fazem com que este precise tentar várias experiências em sua busca por autorrealização e autorreconhecimento, evitando o que a sociedade moderna apresenta como um “eu frágil, quebradiço, composto por

fraturas e fragmentado, sem condições de manter relações e nem de se reconhecer” (Giddens, 2002, p. 45).

Os sujeitos que apresentam uma identidade fraturada costumam ser inseguros e tendem a exibir a necessidade de uma constante biografia, posto que há uma descontinuidade na experiência temporal que pode ser entendida como uma série de momentos descontínuos, gerados por elementos externos, em que estes não se sentem capazes de se defender ou veja sua vida em constante situação de risco, ou seja, tem grande dificuldade de se reconhecerem nos contextos que ocupam.

Sendo assim, em conformidade com os conceitos apresentados por Giddens (2002), o autodesenvolvimento ocorre em condições de privação moral, pois o sujeito se encontra segregado dos tipos fundamentais de experiência que relacionam com tarefas essenciais da vida cotidiana e até mesmo do planejamento ao longo da vida. Nas questões existenciais, o projeto reflexivo do eu é colocado em um lugar à parte, encontrando-se em situação de empobrecimento.

O eu não é somente uma identidade passiva. De acordo Giddens (2002), o sujeito contribui para as influências sociais que são globais em suas implicações e consequências, o que quer dizer que a identidade faz parte da construção do eu, não a realidade do aqui e agora e de momentos que ainda virão e se tornarão uma questão de experiência mediada. A identidade não é um dado ou fato, tampouco ela é homogênea, definitiva ou acabada (Hall; Woodward, 2014). Isto quer dizer que a identidade está em constante construção, em constante processo de produção e relação, em que não cabe ser contraditória, fragmentada, inconsciente e nem acabada, pois ela se liga diretamente às estruturas discursivas, narrativas em sistemas de representação e tem estreita ligação com as relações de poder.

A identificação é parcial e contextual, pois assume trações e padrões do comportamento do outro que são relevantes para a construção e projeção de mecanismos do sujeito (Giddens, 2002). Com isso, podemos observar que a questão civil representa implicitamente o reconhecimento mútuo entre participantes do espaço público da vida social, tendo em vista que as interações cotidianas, por meio de gestos, do corpo, do olhar, do uso da linguagem, tocam no aspecto da construção da identidade.

Diferentes contextos levam os sujeitos a diferentes significados sociais, o que, conseqüentemente, gera diferentes identidades envolvidas em diferentes ocasiões, que podem levar o mesmo sujeito a se sentir diferentemente posicionado pelas diversas expectativas e

restrições sociais envolvidas em cada uma dessas situações. Assim, aponta-nos Candau (2011, p. 39), ao afirmar que “as identidades são produzidas em momentos particulares no tempo”.

Sabemos que a cultura que se encontra em contínuo processo de construção e reconstrução, assim como identidade, é fator indispensável e mobilizador da construção social do sujeito (Hall; Woodward, 2014). Sendo assim, concluímos que a identidade também se constrói e reconstrói, estando jamais findada, mas participando de um ciclo constante de mudança e renovação.

A respeito da construção e reconstrução da identidade, Hall e Woodward (2014) seguem associando que redescobrir o passado é uma forma de se remodelar e se (re) construir, uma vez que este faz parte da elaboração da identidade que está ocorrendo no exato momento e que, ao que parece, caracteriza por conflito, contestação e possível crise.

Como mencionamos anteriormente, a identidade é um conceito constantemente discutido, visto que se busca demonstrar que as velhas identidades, responsáveis pela estabilidade do mundo social, estão dando lugar a novas identidades, ao que Hall (2006, p. 07) denomina de “crise de identidades”, vistas como parte de um processo amplo de mudanças, que desloca as estruturas e centraliza processos da sociedade, interferindo na ancoragem estável do mundo.

Na concepção sociológica, conforme Hall (2006), a identidade faz parte do mundo pessoal e do mundo público. Dessa forma, projetamos a nós mesmos nas identidades culturais, a fim de internalizar significados e valores, alinhar nossos sentimentos e compreender sobre quem nós somos.

Diante das exposições de Hall (2006), percebemos um declínio nas velhas identidades que, por longo tempo, estabilizaram o mundo social. Com isto, novas identidades surgem, com fragmentação do sujeito moderno, que antes era percebido de modo unificado, dotado de razão, consciência e ação.

O sujeito, cuja identidade foi concebida como fixa e estável, totalmente centrada em si, em que se considerava como centro o núcleo interior, foi descentrado, dando espaço às identidades abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas, formadas e transformadas no interior de representações.

Diante das mudanças do mundo globalizado, o sujeito deixou de ter sua identidade unificada e estável e se tornou fragmentado e deslocado, possuindo não somente uma, mas várias identidades. Assim, surgem identidades não fixas, em constante transição entre diferentes

posições, sendo produto da interseção cultural, que se torna cada vez mais comum no mundo globalizado.

Acerca do que seja se tornar um sujeito deslocado, Hall (2006) salienta que se trata daquele cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por vários centros, ou seja, não há de fato um centro ou um princípio norteador e organizador único em que o sujeito pode se pautar.

As sociedades modernas sofreram transformações, o que conseqüentemente acarretou a fragmentação cultural de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que antes possuía fortes localizações como sujeitos sociais (Hall, 2006). Com isso, ocorreram mudanças estruturais que trouxeram novas perspectivas na identidade pessoal, afetando a ideia que o sujeito tem de si mesmo e acarretando, de certa maneira, a perda de sentido em relação a si mesmo.

Hall (2006, p. 08) denomina essa perda de sentido em relação a si mesmo, que o sujeito sofre de “deslocamento”, por se tratar de um descentramento, tanto no que diz respeito ao mundo cultural e social, quanto no que diz respeito a si mesmo. Dessa forma, o sujeito tem se tornado fragmentado, composto não por uma única identidade, mas formado por várias delas, o que causa, muitas vezes, situações contraditórias e não resolvidas, tal qual nos aponta Hall (2006, p. 08): “as identidades modernas estão descentradas, ou seja, deslocadas ou fragmentadas”.

As sociedades modernas tardias caracterizam-se pelas diferenças que são atravessadas por diferentes visões e antagonismos sociais, que produzem diferentes posições do sujeito (Hall, 2006), ou seja, diferentes identidades são produzidas, visto que estas mudam de acordo com que o sujeito é abordado ou representado, pois não são automáticas, mas podem ser ganhadas ou perdidas, tornando-se politizadas (dizemos sobre política de identidade).

A vida moderna tornou-se complexa no que diz respeito a assumir diferentes identidades que podem estar em conflito, tendo em vista que estas diferentes identidades podem interferir com exigências de uma outra forma e frequentemente, contradizerem-se. Para Halls e Woodward (2014, p. 22), esses conflitos e a dispersão de pessoas por toda parte pode produzir identidades que são moldadas de maneiras desestabilizadas, chamadas de “identidade sem pátria”.

Dessa forma, há um confronto por uma gama de diferentes identidades que fazem apelos diferentes e que exigem a ação de uma escolha, uma vez que houve um alargamento no que diz

respeito a identidades e às novas posições destas, juntamente com a sua polarização, o que gera o surgimento de novas identidades.

Há algo preocupante nessa questão do alargamento das identidades, principalmente para os sujeitos que perdem a sua identidade acerca de suas raízes e atravessam fronteiras naturais, pois estes perdem a ilusão do retorno ao passado, apesar de trazerem consigo fortes vínculos. São sujeitos compostos por traços culturais, tradições, linguagens, histórias particulares e coletivas que marcaram a sua vida, contudo, que não serão mais revogáveis, pois foram renunciadas devido a constante busca pela redescoberta de uma nova identidade, a partir de uma cultura dita pura. São pessoas que pertencem a dois mundos, com duas identidades.

De acordo com Hall (2006), a globalização dever ser compreendida por meio das instituições modernas que se entrelaçam diretamente com a vida individual do sujeito, o que implica determinado movimento de distanciamento da ideia tradicional de sociedade como um sistema que delimita e substitui por uma outra forma de vida. Com isso, as identidades estão se desintegrando como resultado da hegemonização cultural provocada pela globalização.

A globalização envolve interação de fatores como econômico, cultural e político, provocando mudanças nos padrões de vivência, o que, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas. Hall e Woodward (2014) argumentam que essas novas identidades são representadas simbolicamente e se caracterizam pela convergência cultural e estilo de vida social exposto ao consumismo.

Além disso, a globalização tem intensificado a migração das pessoas em busca de trabalho que, motivadas pela necessidade econômica, espalham-se por todos os territórios, remodelando a sociedade e a própria identidade. Dessa maneira, as identidades se tornam plurais e passam a fazer parte de um processo de desigualdade, cujos sujeitos saem de seus lugares considerados pobres e migram para outros considerados (muitas vezes ilusoriamente) ricos.

De acordo com Arroyo (2005), essa ideia de urbanização faz parte da idealização de que a cidade é um espaço civilizatório, de convívio e socialização cultural e educativo, o que remete a um desprestígio em relação ao meio rural, subentendendo-se que neste local não há educação de qualidade, nem perspectivas de melhorias de vidas e, até mesmo, dispensa os estudos.

Há, portanto, um impacto sobre a identidade cultural, visto que o sujeito pós-moderno surge nesse processo como aquele que não tem identidade fixa, essencial ou permanente, pois esta se torna móvel e o sujeito assume diferentes identidades, em diferentes momentos. Identidades estas que não se unificam para ser um eu coerente, mas que se fragmenta para

atender a necessidade de cada momento, deixando o sujeito sem saber quem realmente ele é. Hall (2006, p. 21) confirma isto quando aponta que “a estrutura deslocada é aquela cujo centro também é deslocado, não sendo substituído por outro, mas sim por uma pluralidade de centros”.

Internamente, há, no sujeito, identidades que se contradizem, indicando diferentes direções, deslocando identificações, conforme as concepções de Hall (2006). À medida que os sistemas de significação e representações culturais se multiplicam, esse sujeito é confrontado com uma multiplicidade desconcertante de possíveis identidades.

Diante disso, observamos que a modernidade fez surgir uma nova forma de individualismo, cuja concepção e identidade do sujeito passou a ser vista como mais centrada e focalizada na sociedade, de acordo com as concepções de Hall (2006). Em outras palavras, entendemos que as pessoas deixaram de identificar seus interesses exclusivamente no que diz respeito a suas características, uma vez que estas passaram a servir como ferramenta discursiva ou como uma categoria mobilizadora.

Até aqui, discutimos a respeito de fatores que problematizam a construção e a percepção que cada sujeito hoje tem da sua individualidade, e percebemos que a construção da sua identidade possui vários aspectos e possibilidades. Por esse motivo e na tentativa de compreender mais a respeito dos critérios que envolvem a identidade, compreendemos que não podemos tratar sobre identidade sem nos referirmos às diferenças, pois isso significa questionarmos os sistemas de representação que nos sustentam e que nos ligam à capacidade de tentar definir e determinar a nossa identidade.

A identidade e a diferença são construções ativamente produzidas pelos sujeitos de maneira social e cultural. Essas estão em uma estreita relação de dependência, dado que, ao afirmarmos sobre algo que somos, estamos imediatamente deixando subentendido aquilo que não somos. Assim, para Hall e Woodward (2014, p. 74), “como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade”.

A identidade e a diferença são indissociáveis, uma vez que considerar a diferença como resultado da identidade é uma tendência que toma a identidade como referência, como ponto de partida para se definir a diferença (Lucila Monferrari; Olira Rodrigues, 2021), ou seja, ao se definir a diferença, também se define a identidade do sujeito, pois é uma forma de caracterizá-lo, compreendê-lo e até mesmo deste se reconhecer naquilo que é incluído ou excluído nele.

Para melhor compreender Monferrari e Rodrigues (2021), apresentamos um conceito de Hall (2006, p. 112), em que ele destaca

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, por um lado, os discursos e as práticas que tem nos “interpelar” nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”.

A identidade é marcada pela diferença, e algumas dessas diferenças são percebidas como mais importantes que outras, principalmente em lugares e momentos particulares, visto que a identidade envolve tanto questões simbólicas, quanto questões sociais, o que sugere que as diferentes identidades têm causas e consequências materiais.

A identidade e a diferença são resultados de um processo de produção simbólica e discursiva, numa relação social (Hall; Woodward, 2014), ou seja, estão sujeitas à reação de poder e não são neutras e nem podem ser simplesmente definidas, pois, quando se afirma a identidade, implica-se a marcação da diferença, sendo que “quando se diz o que é, é o mesmo que diz o que não é. Quando diz que está incluído, é o mesmo que dizer quem está excluído” (Hall, Woodward, 2014, p. 82).

Uma das formas de compreender a identidade relacionada à diferença é a hierarquização, ou seja, a fixação de uma determinada identidade como norma (Candau, 2011). Entendemos que se trata de eleger uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas e, quando isso acontece, atribui a ela todas as possíveis características positivas, o que deixa a entender que as demais são diferentes, com características negativas.

Seria, portanto, exequível afirmarmos que as identidades surgem a partir das marcações da diferença que ocorrem tanto por meio de símbolos, quanto por meio de exclusão social. Nesse sentido, Candau (2011) deixa claro que a identidade não é o oposto da diferença, mas a identidade depende da diferença, ou seja, nas relações sociais, as formas de diferença simbólica e social são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de um sistema classificatório.

A esse respeito, Ernesto Laclau (1990, p. 33) argumenta persuasivamente que

a identidade consegue se afirmar é apenas por meio da representação daquilo que a ame ação. Derrida mostrou como constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre dois polos resultantes – homem/mulher etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é reduzido - em oposição à essencialidade do primeiro – à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com a relação negro/branco, na qual branco, é, obviamente, equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “negro” são, assim, “marcas”.

Diante disso, compreendemos que, da mesma maneira que a identidade, a diferença encontra-se presente na perspectiva de autorreferenciação, com uma relação estreita de dependência, que permite explorar a produção do autoconhecimento e explicar as razões pelas quais assumimos determinadas posições e nos apegamos às identidades particulares.

As discussões sobre identidade se encontram em conflito, o que sugere certa emergência de novos posicionamentos e de novas identidades, produzidas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, tendo em vista que a sua formação ocorre a nível coletivo e pessoal, que indica que há muitos diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem surgir e novos sujeitos podem se expressar.

Sendo formada ao longo do tempo, por um processo consciente do sujeito, a identidade está, portanto, constantemente sendo formada, num processo reflexivo do próprio ser humano, que envolve diversas circunstâncias de um eu contextualizado num mundo social. Sendo assim, podemos concluir que a identidade jamais se finda, ao contrário disto, ela sempre está incluída em um ciclo constante de mudança e renovação, sendo construída, desconstruída, para novamente se construir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo discutir os conceitos que compõem a teoria da identidade, a considerar a identidade, a autoidentidade e a diferença. Diante disto, consideramos que compreender a conceituação acerca da identidade é importante para refletir sobre a recolocação do sujeito no universo, o que permite que ele reconheça a si mesmo como ser histórico, social, político, numa perspectiva de se identificar como alguém único, e ao mesmo tempo coletivo, devido às diferenças que o tempo concede no processo de transformação pessoal.

O desenvolvimento deste artigo permitiu entender que as diferenças formas de identidade não estão desassociadas da ordem social existente, tendo em vista que fornece condições para reconhecermos os mais variados conceitos de identidade. Nesse processo da constante busca da compreensão do eu, o estudo possibilitou-nos compreender que a identidade é construída em diferentes contextos, de maneira individual e coletiva, por meio de experiências vividas, que são processadas ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ERIKSON, E. (1972). **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: PD&A, 2006.

HALL, S; WOODWARD, kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LACLAU, E. New Reflections on the Revolution of Our Time. In: **New Reflections on the Revolution of Our Time**. Londres: Verso, 1990.

MONFERRARI, L. M. G; RODRIGUES, O.S. Identidade, diferença e currículo na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Muiraquitã**, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/5358>. Acesso em: 05 abr. 2022.

RUTHERFOD, J. **Identity: Community, culture, difference**. London: Lawrence & Wishart, 1990.

Recebido em: 21/10/2024

Aprovado em: 23/12/2024